

(Do Sr. Rubens Pereira Júnior)

Altera o Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Lei 8.906 de 04 de Julho de 1994, estabelecendo a democratização dos órgãos colegiados da OAB a partir da implementação da proporcionalidade nas eleições para os Conselhos, garantindo representatividade às diversas correntes de pensamento da Advocacia.

O CONGRESSO NACIONAL DECRETA:

Art. 1º. Os arts. 45, 64, 65 e 80 da Lei 8.906 de 04 de Julho de 1994 passam a vigorar com a seguinte redação:

Art.45.....

V – o Congresso Nacional da Advocacia.

§ 7º O Congresso Nacional da Advocacia terá como objetivo analisar a gestão que se encerra e definir as diretrizes políticas e administrativas da gestão seguinte.

§ 8º Caberá ao Conselho Federal convocar o Congresso Nacional da Advocacia e definir a data de sua realização, composição e periodicidade. (NR)

Art. 64. Consideram-se eleitos os candidatos integrantes das chapas que obtiverem pelo menos vinte e cinco por cento (25%) dos votos válidos, na razão da proporção de votos de cada chapa.

§ 1º As chapas para o Conselho Seccional devem ser compostas dos candidatos ao conselho e à sua diretoria e, ainda, à delegação ao Conselho Federal e à Diretoria da Caixa de Assistência dos Advogados para eleição conjunta.

§ 2º As chapas para a Subseção devem ser compostas com os candidatos à diretoria, e de seu conselho quando houver.

§ 3º A eleição para conselheiros estaduais e federais da entidade será proporcional ao número de votos que cada chapa obtiver.

§ 4º Pelo menos 50% (cinquenta por cento) das vagas de conselheiros federais e estaduais serão preenchidos por advogadas. (NR).

Art. 65. O mandato em qualquer órgão da OAB é de três anos, iniciando-se em primeiro de janeiro do ano seguinte ao da eleição.

Parágrafo único. Os conselheiros federais eleitos iniciam seus mandatos em primeiro de fevereiro do ano seguinte ao da eleição. (NR).

Art. 2º. Fica revogado o artigo 80 da Lei 8.906 de 04 de Julho de 1994, renumerando os demais.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor após um ano de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A advocacia brasileira atualmente conta com mais de um milhão de advogados e advogadas ativos. Com diversas correntes de pensamento, a advocacia debate cotidianamente a democracia e os rumos de nossa Nação. Por sua vez, a Ordem dos Advogados do Brasil tem em si a missão de representar o conjunto da advocacia brasileira e promover, por seus órgãos e atividades, a defesa da democracia plena e, em consequência, do pluralismo.

O conceito de democracia vem avançando no Brasil e no mundo. Entende-se hoje que a democracia não pode se limitar pura e simplesmente ao governo da maioria eventual, mas deve representar a busca do consenso possível entre todos os cidadãos e dar voz e participação a todos os setores e todas as correntes de opinião para que possam ter a oportunidade plena de, pelo convencimento, poderem chegar a tornar-se, em outro momento, a maioria.

Nesse sentido, a melhor fórmula até hoje encontrada é a da eleição proporcional, onde essas correntes podem ser representadas nos órgãos de direção na razão direta de sua proporção entre os representados.

Uma estrutura rígida, como a que rege atualmente o processo eleitoral da OAB, impede a expressão da pluralidade de ideias, reduz e empobrece os debates que podem apontar novos caminhos e novas soluções para os sempre renovados problemas que se apresentam continuamente à sociedade. A busca pelo consenso só é eficaz se ocorre pelo debate, pelo convencimento, entre essas correntes. Consenso entre os iguais é mera tautologia, que impede avanços e, pior, cerceia a representatividade de parcelas expressivas da sociedade. Entendemos, portanto, que o caminho mais democrático, pluralista e representativo é que as eleições sejam proporcionais, isto é, com inteira liberdade para que as pessoas se aglutinem em chapas em torno de ideias e programas e, ao final, integrem os órgãos representativos proporcionalmente aos votos que receberam, que sinalizam a expressão social das ideias que defendem no universo dos representados.

Entendemos, também, que a participação democrática não pode se exaurir nas eleições. Os membros de uma associação devem e têm o direito de influir nas diretrizes políticas e administrativas das entidades a que pertencem de forma mais estruturada, que possibilite o debate mais amplo possível e a atualização periódica dessas diretrizes. Por isso, estamos propondo aqui a realização do Congresso Nacional da Advocacia, que analise as gestões passadas de suas direções, extraia lições e defina os rumos políticos e administrativos da gestão seguinte.

Não se poderia falar em proporcionalidade e ignorar, igualmente, uma situação desproporcional gritante, o *status* das advogadas na OAB, que não é condizente com o seu número crescente e o seu desempenho nas lides advocatícias de hoje em dia. A sua presença nos órgãos dirigentes da OAB está muito aquém do papel que desempenham na atualidade na defesa da democracia e no cotidiano dos fóruns e escritórios jurídicos. O número de advogadas inscritas na OAB já superou levemente o número de seus colegas advogados. Em 2014, o número de mulheres cursando Direito chegou a 53,88% do total de estudantes dessa área.

No entanto, registram-se apenas nove Conselheiras Federais num universo de 79 membros desse colegiado, o que mostra que a OAB ainda guarda nítidos resquícios do pensamento patriarcal que dominou e ainda domina a área jurídica. Cabe à OAB dar o exemplo, impulsionar a participação de mulheres em todos os seus órgãos, pelo que propomos aqui que um mínimo de 50% das vagas de Conselheiros estaduais e federais sejam destinadas às advogadas.

As sugestões das alterações ao Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil propostas nesse projeto de lei advém da ADJC – Advogados e Advogadas pela Democracia, Justiça e Cidadania, associação composta por advogados militantes que cotidianamente vivenciam a realidade da área, e como tal, podem contribuir a modernização e adequação do atual sistema.

Esperamos contar com nossos ilustres pares nesse esforço de renovação e aprofundamento da democracia de uma de nossas mais antigas e respeitadas instituições, que tem um passado glorioso de luta pelas ideias progressistas e pela democracia e que esperamos que se

mantenha nesse compasso, atualizando-se sempre com o espírito do tempo.

Sala das Sessões, 05 de abril de 2018.

RUBENS PEREIRA JÚNIOR
DEPUTADO FEDERAL